

O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – interface com a Psicopedagogia

Mariana de Lima Alves Hathenher
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia/MG
mariannaalves2000@gmail.com
Maria Irene Miranda
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia/MG
mirenemufu@gmail.com.br

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar os resultados da dissertação de mestrado que consistiu de um estudo exploratório e objetivou investigar como a escola propicia o ensino da leitura e da escrita para alunos da EE inseridos em seu contexto. Foi realizado um estudo exploratório de natureza qualitativa em uma instituição escolar da rede pública municipal. Participaram da pesquisa professores da sala regular e do Atendimento Educacional especializado – AEE, coordenadora pedagógica AEE e pedagoga da sala regular. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, grupo focal, entrevistas semiestruturadas, documentos e o instrumento psicopedagógico de análise do material escolar. A partir da sistematização e processamento dos dados, foram elencadas três categorias de análise: a primeira intitulada – “Os saberes e as práticas dos educadores/mediadores do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos da EE”, desdobrando-se em cinco subcategorias: concepções de Educação Especial; a concepção de alfabetização dos professores; o ensino da leitura e da escrita para as crianças da EE; o PPP da escola e o currículo; avaliação. A segunda categoria: “Fatores intervenientes no ensino da leitura e da escrita para alunos da EE”, desencadeou três subcategorias: a formação inicial e continuada dos professores; as condições e jornada de trabalho dos professores; falta de acompanhamento familiar. A terceira: “O ensino da leitura e da escrita para alunos da EE: construindo possibilidades”. A investigação revelou dificuldades teórico-metodológicas por parte dos educadores. Identificamos um descompasso entre as falas dos interlocutores e o PPP da instituição, demonstrando um desconhecimento acerca de seu conteúdo e tudo o que o documento pode contribuir para um trabalho eficiente. A análise apontou que pouco se conhece sobre as contribuições da psicopedagogia, estando essa área relacionada às dificuldades no aprender, desconsiderando a possibilidade de entender como acontecem os processos de aprendizagem. Anterior aos apontamentos de possíveis dificuldades no aprender, faz-se necessário compreender como acontece o ensino da leitura e da escrita aos alunos da EE. Por conseguinte, esse desconhecimento remete a julgamentos equivocados e a emissão de rótulos aos alunos. A formação inicial e continuada pode ser uma estratégia e nesse sentido é importante refletir, pois os professores apresentam um aluno incapaz, atribuindo culpa a ausência dos pais e se eximindo da responsabilidade pela educação do mesmo. Por fim, deve-se considerar e reconhecer a diferença não no sentido do que falta ao aprendente, mas sim, no que ele traz de conhecimento, como pessoa de direito, capaz de aprender.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino da Leitura e Escrita; Psicopedagogia.

Eixo Temático: Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana

INTRODUÇÃO

O ensino da leitura e da escrita vem sendo alvo de debates nos meios acadêmicos há algum tempo e em se tratando desse ensino para alunos da Educação Especial – EE, novos paradigmas provocam inquietações que fazem jus a uma investigação de como se configura esse processo. Para adentrar no cerne desta discussão, buscamos por meio da pesquisa, investigar como a escola propicia o ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE sendo esta, uma instituição pública municipal da cidade de Uberlândia.

De posse de referenciais teóricos referentes a alfabetização e a EE que responderam aos questionamentos levantados durante a investigação, buscamos a psicopedagogia, área de nossa formação, por ser uma área que estuda a aprendizagem em sua totalidade. Assim, a crença de que todas as pessoas podem aprender, diz respeito também ao público da EE.

Com base nesses pressupostos, apresentamos a pesquisa, estruturando-a em partes: A Introdução, denominada “TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL: caminhos que constituíram a pesquisa” percorremos nossa trajetória acadêmica e profissional fazendo um contraponto com o surgimento da pesquisa apontando pontos relevantes que justificaram o anseio em prosseguir com a investigação proposta; apresentamos o objeto da pesquisa, o objetivo e a problematização; reafirmamos a perspectiva psicopedagógica como norteadora das análises e reflexões, ressaltando também a relevância científica e social do trabalho. No primeiro capítulo, intitulado “O PERCURSO DA PESQUISA: procedimentos metodológicos” abordamos a metodologia de pesquisa; a delimitação do campo empírico; os participantes; os procedimentos de coleta de dados e os instrumentos utilizados.

O segundo capítulo denominado “EDUCAÇÃO ESPECIAL: o ensino da leitura e da escrita na perspectiva psicopedagógica” abordamos o percurso e a História da EE no Brasil, bem como estudos realizados sobre o ensino e aprendizagem da leitura e escrita na perspectiva psicopedagógica e a respeito da educação especial, ressaltando a Psicopedagogia como campo para auxiliar o processo de ensino da leitura e da escrita dos alunos da EE. A Educação é um direito de todos, evidenciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos

(1948). E, a partir da Declaração da Salamanca (1994), começou a ser reafirmado o compromisso em prol da Educação para todos em escolas regulares, que devem garantir a qualidade do atendimento prestado, ou seja, buscar educar todas as crianças independentes das diferenças. Vários são os documentos que asseguram o atendimento para alunos da EE, entre eles as Diretrizes para Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (9394/96), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (2008), dentre outras. A atual Política Nacional de EE (Decreto nº 7.611, 17 de novembro de 2011), concernente à Educação Inclusiva, reafirma o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular e receberem, quando necessário, o atendimento especial. Mais recentemente, a Instrução Normativa – SME Nº001/1 dispõe sobre o funcionamento da EE na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia e o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) legitimam o AEE e o caracterizam como um serviço da EE que organiza e realiza o atendimento aos alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, de natureza permanente ou transitória. Esse atendimento busca eliminar possíveis barreiras e favorecer o desenvolvimento de suas potencialidades, considerando suas especificidades.

A respeito da leitura e da escrita trouxemos autores que explicitaram conceitos sobre alfabetização e suas interfaces, pois compreendemos que nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, ler e escrever são duas competências primordiais a todo ser humano, sendo-lhes dedicada uma grande parcela de atenção nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pudemos observar que compreender o ensino da leitura e da escrita nessa perspectiva implica definição de objetivos, de metas de aprendizagens e atitudes didáticas intencionais, pois, o ato de ler e escrever não são meramente mecânicos, nem tão pouco, deve ser uma atividade penosa e de difícil entendimento, tanto para quem ensina, como para quem aprende. “Quando a criança sente que aprender é uma experiência excitante da qual se pode desfrutar, então isso se transformará em algo que nunca termina, durando toda a vida” (NAVARRO, 2005, p. 29-30). Portanto, é preciso compreender a importância do ato de aprender a ler e a escrever, se a criança não desenvolve esse senso, a aprendizagem não se constitui.

Sobre a Psicopedagogia, reafirmamos que seu objeto central,

[...] está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência de meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento (KIGUEL, 1991, p. 24).

Assim, tratamos a aprendizagem de uma forma sistêmica, não sendo possível dissociar dos aspectos biopsicossocial inerentes ao aprendiz. Em nosso estudo, apontamos também que o sujeito aprendiz está diretamente relacionado com o sujeito ensinante; o aprender acontece na interação e o aprendiz está entre o conhecer e o saber. Quando não destinada a devida seriedade a essa mediação nos processos de ensino e aprendizagem, lacunas no percurso podem perdurar por toda a vida acadêmica do aluno.

No terceiro capítulo, nomeado “ENSINAR A LER E A ESCREVER: caminhos para inclusão dos alunos da Educação Especial no ambiente escolar” apresentamos a organização e as análises de dados da pesquisa, com a intenção de ampliar o olhar para além do saber já constituído sobre nossa investigação. O olhar atento e sensível às falas, à fundamentação teórica e todo processo investigativo, constituíram valiosas informações e com elas tecemos considerações importantes sobre seus atores e a instituição, tendo como referência os objetivos e a problematização da pesquisa. Considera-se a análise de conteúdo como,

[...] como um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Essa afirmação nos fez refletir sobre as interpretações das situações investigadas e nos permitiu fazer inferências a respeito dos diálogos e circunstâncias observadas. Com base nas orientações de Bardin (2011) que nortearam nossa interpretação dos dados, destacamos a primeira categoria – Os saberes e as práticas dos educadores/mediadores do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos da EE. Diante da importância de se compreender essa temática, essa categoria se desmembrou em cinco subcategorias: Concepções de Educação Especial; A concepção de alfabetização dos professores; O ensino da leitura e da escrita para as crianças da EE; O PPP da escola e o currículo; Avaliação.

Na segunda categoria, intitulada – Fatores intervenientes no ensino da leitura e da escrita para alunos da EE, foi possível conhecer os que se referem ao ensino da leitura e da escrita, envolvendo alunos da EE, que constituíram três subcategorias de análise: A formação inicial e continuada dos professores; As condições e jornada de trabalho dos professores; Falta de acompanhamento familiar.

A terceira categoria, sob o título – O ensino da leitura e da escrita para alunos da EE: construindo possibilidades, permitiu-nos compreender os resultados alcançados pela instituição no trabalho com os alunos da EE, relacionados à aprovação, à reprovação, à evasão e aos avanços processuais que a instituição tem obtido. Sabemos que algumas propostas pedagógicas estão contempladas nos currículos e respaldadas em legislações que legitimam o trabalho efetivo para esses alunos, contudo, temos observado que as políticas públicas ainda precisam ser repensadas, reelaboradas e aplicadas, bem como acompanhadas, a fim de se ter um trabalho eficiente e que traga resultados satisfatórios, principalmente no campo da alfabetização.

Nas Considerações Finais - “NÃO TERMINAMOS POR AQUI: contribuições dos diálogos e reflexões” finalizamos o trabalho, apresentando as análises dos dados obtidos durante a pesquisa com o intuito de provocar novas inquietações e novos olhares para a temática em questão.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como proposta a realização de um Estudo Exploratório, com uma abordagem qualitativa, que, segundo Bogdan e Biklen (1994), envolve a obtenção de dados descritivos, a partir do contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador o principal instrumento de coleta. Segundo os dois autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada, por meio de trabalho intensivo de campo. Sistematizamos a pesquisa em exploratória reafirmando que a mesma tem a finalidade de:

[..] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2008, p. 27).

Assim, com a intenção de investigar como a escola propicia o ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE, recorreremos a pesquisa exploratória, por meio da qual, segundo Gonçalves e Meirelles (2004), podemos chegar a um diagnóstico da realidade vivenciada na escola.

Para a coleta de dados, utilizamos como instrumentos, o grupo focal, entrevistas semiestruturadas, documentos e o instrumento psicopedagógico de análise do material escolar. O Grupo Focal possibilitou “[...] um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes” (BAUER E GASKELL, 2002, p. 79). Portanto, foi uma técnica que contribuiu para “[...] a obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite a compreensão de ideias compartilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros” (GATTI, 2005, p.11).

Na realização deste estudo, foi utilizada a entrevista semiestruturada, a fim de obter dos participantes as informações importantes para responder ao problema. Nessa perspectiva, “[...] essa entrevista envolve uma relação pessoal entre pesquisador e sujeito, o que facilita um maior esclarecimento de pontos relevantes” (MOROZ, 2006, p.79). Com a realização desse tipo de entrevista, Lakatos e Marconi (1991) afirmam que é possível observar atitudes e condutas, avaliar o que o entrevistado diz e registrar, inclusive, os gestos e expressões faciais, de forma a obter informações mais concisas.

Para a realização desta pesquisa, escolhemos analisar dois documentos que registram informações pertinentes ao nosso estudo: o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e a pasta de registros dos alunos.

Pela análise do PPP da escola, foi possível conhecer as particularidades da instituição; todo o histórico, desde a criação e inauguração do estabelecimento de ensino, quantitativo de alunos, currículo, filosofia político-pedagógica, quadro de funcionários e outros pontos pertinentes ao desenvolvimento das atividades da escola.

Encontramos no PPP pontos relevantes ao nosso estudo, mas, faltava observar características específicas dos alunos da EE, então fomos em busca de outros dados que favorecessem nossa pesquisa. Consultamos os registros de atendimentos em uma pasta específica e individual, com a devida autorização dos professores responsáveis. Cada aluno possui uma pasta constando: Laudo Médico ou Relatório pedagógico, Ficha de Identificação, Anamnese, Plano de Desenvolvimento Individual – PDI (Plano individual para o aluno),

Ficha Queixa (preenchida pelo professor regente ao observar a possibilidade de o aluno ser público-alvo da EE) e Avaliação Diagnóstica. A documentação é preenchida pelos profissionais do AEE com a participação da família e dos professores do ensino regular.

Utilizamos, ainda, um Instrumento Psicopedagógico, que segundo MIRANDA (2008), em uma perspectiva construtivista de intervenção, buscam potencializar as possibilidades de aprender do aluno. Nesse sentido, observamos o material escolar; para a presente pesquisa, o intuito foi observar como se desenvolviam e quais eram as atividades relacionadas ao ensino da leitura e da escrita, se existia algum tipo de adequação do conteúdo de acordo com a necessidade dos alunos da EE; analisar também algum indício do envolvimento ou não dos pais com as atividades realizadas por seus filhos (as); entre outros aspectos. No instrumento elaborado por nós para o registro dos dados observados na vista do material dos alunos, consideramos, além desses aspectos, um campo descrito como observação, para analisarmos se a criança realizava algum registro escrito; como era esse registro; se havia trocas, omissões ou qualquer outro aspecto da escrita e, ainda, se havia cuidado com o material.

A pesquisa foi direcionada a uma escola pública municipal da cidade de Uberlândia/MG. Para sua realização, foram elaborados roteiros de entrevistas para o grupo focal com os professores da sala regular e professores do AEE e também um roteiro de entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica do AEE e com a pedagoga da sala regular, conforme descritos anteriormente.

RESULTADOS OBTIDOS

O estudo agregou importância por contribuir com a produção de novos saberes acerca do processo de ensino da leitura e da escrita para alunos da EE, bem como para a Psicopedagogia, no sentido de nortear pesquisas no atendimento a esses aprendentes.

Na constituição do trabalho, três questões nos orientaram: (a) Como a instituição trabalha o processo de ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE? (b) Quais os fatores facilitadores e/ou dificultadores para o desenvolvimento de uma proposta de ensino da leitura e da escrita aos alunos da EE? (c) Quais os resultados obtidos pela instituição no processo de

ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE? Mediante tais questionamentos consideramos um objetivo geral: investigar como a escola propicia o ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE inseridos em seu contexto, conforme exposto anteriormente.

A partir das análises compreendemos os resultados obtidos pela instituição em suas propostas de alfabetização e observamos alguns pontos de como isso se configura na prática pedagógica dos professores.

No trabalho da instituição com a leitura e a escrita para os alunos da EE os saberes e as práticas docentes revelam uma distinção entre o espaço da sala de aula regular e o AEE. Por exemplo, na sala de aula regular o aluno da EE participa do mesmo planejamento realizado para a turma, não há um material diferenciado, cujo conteúdo seja específico para as demandas desse aluno. Podemos afirmar que prevalece a homogeneização, ou seja, todos os alunos estão sujeitos a mesma proposta pedagógica, independente de suas especificidades; embora alguns poucos professores tentem organizar estratégias de ensino diferenciadas observando a necessidade do educando da EE. Para tanto eles podem contar com o apoio e a estrutura do AEE. Porém, observamos um distanciamento entre os profissionais da SR e do AEE, no que diz respeito a buscar tais aportes ou a utilizar materiais e informações que são disponibilizadas, o que vai repercutir na condução do processo pedagógico.

Também no espaço da sala de aula regular, os dados revelaram que os aspectos quantitativos das avaliações sobressaem aos qualitativos, portanto os pequenos avanços não são considerados como progressos, uma vez que não suficientes para obtenção da nota almejada. Em uma perspectiva distinta, os profissionais do AEE tendem a fazer uma análise diferente do processo avaliativo, considerando o desenvolvimento dos alunos da EE numa concepção formativa. Dessa forma ressaltam as conquistas processuais e não somente o resultado final. Podemos inferir que o procedimento de avaliação é um dos aspectos mais sensíveis na relação entre sala regular e AEE, a ponto de ocorrer conflitos quanto a elaboração e aplicação dos instrumentos avaliativos, assim como do resultado obtido pelo aluno. Para os professores da sala regular, a prova aplicada no AEE favorece o aluno, para os professores do AEE, quando aplicada em sala de aula, a prova prejudica o aluno. Essa contradição de ideias é um dos indícios da falta de articulação entre as ações do ensino regular e do AEE.

Para propiciar o ensino da leitura e da escrita para os alunos da EE a instituição procura parcerias internas e externas, realiza a formação continuada para os professores da sala regular e para os do AEE. Da mesma forma há orientações do trabalho a ser realizado pelos professores do ensino regular pela CP AEE e também pela P SR. Ao ensinar a ler os docentes afirmaram que a intenção é que os alunos interpretem e compreendam o que leem. Por este motivo devem ser desafiados a ler, ouvir e participar da leitura de vários gêneros textuais, com estruturas composicionais diferentes.

Constatamos em nossas análises que vários discursos onde apontavam novas ideias e estratégias diferenciadas que eram desenvolvidas por eles e as boas intenções dos docentes, não se efetivam na prática, pois a maioria, principalmente da sala regular, desenvolviam procedimentos de alfabetização aprendidos há tempos, sem a ampliação de conceitos e nem aprimoramento dos procedimentos metodológicos. Na tentativa de superar essa realidade a CP AEE e a P SR afirmaram orientar os docentes a trabalhar a alfabetização como parte do cotidiano dos alunos, incentivando o uso da leitura e da escrita a partir do conhecimento disponível. Consideramos que as práticas de ensino da leitura e da escrita para todos os alunos precisam ser atualizadas constantemente e em se tratando dos alunos da EE, os instrumentos e estratégias de abordagem também necessitam ser revistas, tendo em vista as demandas específicas.

Os dados revelaram fatores facilitadores e dificultadores para efetivação do ensino da leitura e da escrita aos alunos da EE. Em relação aos aspectos considerados como facilitadores podemos pontuar que a instituição busca ser inclusiva, conforme estabelece em seu PPP, porém, contraditoriamente, ainda há um árduo caminho a ser trilhado para que se consiga realmente realizar um trabalho contrário a hegemonia dos alunos ditos normais.

Observamos ações da instituição com o intuito de orientar os professores da sala regular e do AEE com relação às especificidades dos alunos da EE e suas possíveis dificuldades. Por meio da formação continuada os professores têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a EE e desenvolvimento do aluno. Entretanto, os cursos não atingem um número expressivo de professores, principalmente da sala regular, o público mais participativo é do AEE. Talvez por esse motivo, um aspecto dificultador do trabalho é o foco no que falta ao aluno, ou seja, no que ele ainda não consegue ou não sabe fazer. Não são consideradas as conquistas ou as possibilidades, conforme preconiza a psicopedagogia, mas

sim as supostas limitações e dificuldades. Consequentemente, a falta de entendimento acerca dos conceitos/significados de EE e alfabetização produz efeitos catastróficos no sentido de deixar marcas muitas vezes irreversíveis na vida dos alunos, à medida que lhes são atribuídos rótulos indevidos. Pautado nos pressupostos psicopedagógicos, é importante lembrar o princípio de que o aluno da EE é um sujeito de direito e perfeitamente capaz de aprender. Nesse sentido reportamos novamente a formação dos professores, a qual deveria ocorrer na direção da superação dessas contradições presentes no cotidiano da escola. Acreditamos na formação que problematiza a realidade para superá-la, efetivando perspectivas social e politicamente mais pertinentes.

Outro aspecto pontuado pelos docentes como dificultador diz respeito a jornada de trabalho a que são submetidos, o que produz desinteresse em participar de outras ações e das formações que são oferecidas. Essa é uma questão complexa por envolver políticas educacionais, exigindo criatividade e autonomia da escola para amenizar seus efeitos perversos. No entanto, buscar possibilidades se torna mais difícil quando as ações entre os protagonistas da instituição são isoladas e desarticuladas. Durante o percurso da pesquisa foi possível apreender conflitos na relação entre os docentes, a pedagoga da sala regular e a coordenadora pedagógica do AEE, embora haja tentativas tímidas de ações rumo ao ensino colaborativo.

Alguns aspectos encontrados no interior da escola, nas falas dos interlocutores, trazem também questões concernentes à família, no tocante a pouca participação dos pais. Nesse sentido, vemos um movimento de culpabilização ultrapassando os muros da escola e chegando até aos pais. Afinal, de quem é a responsabilidade pelo ensino? Outro ponto chave para ser assumido pela instituição e seus pares. Contudo, não descartamos a relevância da parceria entre família e escola, por ser uma relação que quando bem firmada, possibilita avanços significativos nos processos de aprendizagem.

Todos os fatores abordados como facilitadores e dificultadores foram de suma importância para a compreensão de como se configura o processo de ensino da leitura e da escrita dos alunos da EE, no entanto, não há um consenso quanto aos resultados obtidos pela instituição. Na prática, o ensino da leitura e da escrita tem provocado inquietações por parte de alguns professores da sala regular e em relação aos profissionais do AEE tem instigado a procura por novas metodologias para alcançarem resultados satisfatórios. Para estes os

resultados revelam desenvolvimento dos alunos na alfabetização, pois apreciam todo o processo e cada avanço, mesmo que não corresponda literalmente ao conteúdo exigido para o ano correspondente. Já os professores da sala regular consideram que o resultado deixa a desejar, devido a cultura das avaliações quantitativas da escola que selecionam e classificam os bons e os ruins. Em se tratando da alfabetização, mesmo não sendo atribuídas notas, observamos que muitos não são alfabetizados no tempo almejado pelo professor, o que o leva a pensar que o aluno não se desenvolveu ou que nada aprendeu.

Para finalizar, compreendemos que é por meio da reflexão de práticas pedagógicas como a dos educadores entrevistados, que talvez possamos apontar caminhos para o desafio de ensinar os alunos da EE a ler e a escrever. Destacamos, por conseguinte, que compreender as capacidades linguísticas e o que cada aprendente já aprendeu, constituem-se como conhecimentos essenciais para os educadores, pois, permitem a organização e sistematização do trabalho na alfabetização. Isto porque eles orientam o caminho que cada aluno precisa percorrer para alfabetizar-se.

Por fim, no caso específico da EE, não tratamos com pessoas “especiais” em sentido pejorativo, mas no que a palavra tem de mais significativo: os alunos são especiais, porque são diferentes, únicos, sujeitos em construção, com vistas à cidadania e à igualdade de oportunidades. Na verdade, as pessoas são “especiais”, à medida que são diferentes umas das outras e como seres únicos, cada qual possui um ritmo de aprendizagem e com suas configurações individuais. E todo professor precisa ter sabedoria para reconhecer essa “especialidade”, ou seja, essa diferença. Assim, a pessoa de direito fará jus as oportunidades e possibilidades adequadas às suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto, 1994.

BOSSA, Nádya A. **A Psicopedagogia no Brasil; Contribuições a Partir da Prática**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Artmed, 2007.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO: Jomtiem/Tailândia, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação da Educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto nº 7.611**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº 221, 18 de novembro de 2011. Seção 01. p. 12.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber livro, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. de M. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

KIGUEL, S. M. **Normalidade x patologia no processo de aprendizagem**: abordagem Psicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*. São Paulo: ABPp, v. 10, nº 21. 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MIRANDA, M. I. **Problema de aprendizagem e intervenção escolar**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOROZ, M. **O processo de pesquisa:** iniciação. 2.ed., Brasília: Liber Livro, 2006.

NAVARRO, A. de A. **Dificuldades de aprendizagem:** detecção e estratégias de ajuda. São Paulo: Cultural, 2005.

SME – Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa 001/2011.** Diário Oficial do Município. Ano XXIII N°3667. Uberlândia-MG, sexta-feira, 20 de maio de 2011.